

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E GRUPOS REFLEXIVOS PARA RESPONSABILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE AUTORES (AS) DE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

CONSIDERATIONS ON THE IMPLEMENTATION OF PROGRAMS AND REFLECTIVES GROUPS TO HOLD PERPETRATORS OF VIOLENCE AGAINST THE LGBTQIA+ POPULATION ACCOUNTABLE AND RAISE AWARENESS

Laize da Fonseca Araujo 1
Aline Stefany Queiroz Leite 2
Marcela Montalvão Teti 3

Resumo: O presente artigo objetiva refletir sobre a importância dos programas de educação e reflexão para autores (as) de violências contra a população LGBTQIA+. No que diz respeito a crimes de ódio à sexualidade e gênero para esta população, tais grupos ainda não são uma realidade dentro do contexto de restauração da participação social de infratores. Para tanto, usou-se as perspectivas dos trabalhos já desenvolvidos em programas e grupos reflexivos para agressores de mulheres, trazendo alguns pontos da historiografia e a finalidade dos métodos de funcionamento desenvolvidos. O método foi a revisão narrativa através de interpretação e análise crítica. Portanto, este artigo procura contribuir para questionar e refletir sobre a violência que a população LGBTQIA+ sofre e como a leitura social desses casos acontece. Concernente aos resultados propõe: a) o reconhecimento da LGBTfobia como uma construção social fruto da colonialidade e, b) a inserção de grupos reflexivos para autores de LGTBFOBIA.

Palavras-chave: Grupo reflexivo. Sexualidade. Gênero. Violências. Colonialidade.

Abstract: This article aims to reflect on the importance of education and reflections programs for perpetrators of violence against the LGBTQIA+ population. With regard to hate crimes related to sexuality and gender for this population, such groups are not yet a reality within the context of restoring the social participation of offenders. To this end, we used the perspectives of work already developed in programs and reflective groups for female aggressors, bringing some points from historiography and the purpose of the operating methods developed. The method was narrative review through interpretation and critical analysis. Therefore, this article seeks to contribute to questioning and reflecting on the violence that the LGBTQIA+ population suffers and how the social Reading of these cases happens. Concerning the results, it proposes: a) the recognition of LGBTphobia as a social construction resulting from coloniality and, b) the insertion of reflective groups for authors of LGBTphobia.

Keywords: Reflective Group. Sexuality. Gender. Violence. Coloniality.

- 1 Psicóloga, Bacharel em Psicologia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0006584533290229> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3097-2323>. E-mail: psi.laizefonseca@gmail.com
- 2 Psicóloga, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP/UFGA. Universidade Federal do Pará (UFGA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2374534947817170>. ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-5402-7688>. E-mail: alinstefany.1515@gmail.com
- 3 Doutora em Psicologia (pela UFRJ), Mestre em Psicologia (pela UFSC), Pós-doutoranda em Economia (pelo ISCAL). Atualmente é professora visitante do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFGA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2734278257757228>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0918-454X>. E-mail: marcelateti@gmail.com

Introdução

O presente artigo traz uma reflexão sobre as violências que passam despercebidas pela maioria das pessoas através do não falar ou do não escrever. Tais violências surgem na esfera institucional, no seio das relações sociais e revitimizam populações exatamente por este silenciamento. Em geral, não são analisadas nem percebidas como um problema, são herança de uma série de opressões estruturais e estruturantes. Como pontua Nuñez (2021), existe um apagamento e criação de conceitos datados da moral cristã europeia durante a colonização que fundamentam as violências observadas até hoje quando falamos de identidade, expressão de gênero e sexualidade. Portanto, existe uma construção social que reforça um padrão de humanidade, cisgênero, branco, heterossexual e, de preferência, do sexo masculino. Esta construção social se produz e se apoia em dispositivos e tecnologias de poder, além de se atualizar regulando assim: a) uma convenção entre pares sociais de percepção de si e do outro na sociedade e, b) qual papel cada qual deve exercer (Zanello, 2022).

O presente artigo surge da inquietação dentro de diversos espaços de debate e construção de saberes sobre a população LGBTQIA+¹. Seja na militância, nas salas de aula, nos grupos de estudos, nas ações sociais, em todos os espaços que possibilitam questionamentos sobre a violência que corpos e corpos LGBTQIA+ vivenciam no cotidiano. Entende-se que é necessário o questionamento que marca os atravessamentos dessa temática nos próprios medos e anseios enquanto mulheres bissexuais, nortistas, racializadas e desfem².

O texto teve contribuições significativas da avaliação final na disciplina “Psicologia e gênero: Reflexões sobre grupos psicoterapêuticos para agressores e tecnologia de gênero na produção da subjetividade contemporânea”, cursada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP/UFPA).

A disciplina propunha que fosse elaborado um texto que levantasse reflexões, paralelas àquelas que foram apresentadas em sala, no formato de artigo. Diante da proposta e da necessidade de redação que versasse sobre grupos socioeducativos para autores de violência, emergiu o questionamento a respeito da existência de tais grupos para atendimento de agressores de população LGBTQIA+. Assim, as perguntas que movem a escrita do presente texto e que estiveram presentes o tempo todo durante a disciplina em questão são: Existem grupos socioeducativos para autores de violência contra população LGBTQIA+? Caso não existam, por que isso acontece?

Boa parte do conteúdo reflexivo trazido neste texto veio de indicações de leitura da disciplina. Conceitos e perspectiva histórica relacionados à pedagogia de gênero e violência foram abordados em sala de aula, sendo necessário recorrer à bibliografia específica para o público LGBTQIA+. Sendo assim, para construir esse percurso, o método de produção de dados foi a revisão narrativa, que tem por finalidade discutir este assunto sob o ponto de vista teórico e contextual, analisando e interpretando a literatura presente de forma crítica (Rother, 2007).

Os artigos relacionados aos grupos socioeducativos para autores de violência contra a mulher foram selecionados a partir da plataforma de busca Scielo.br (*Scientific Electronic Library Online*), Scielo.org e Google Acadêmico. Os critérios de seleção dos artigos para leitura e composição dos corpus deste texto foram: versasse sobre a história dos grupos socioeducativos e explicassem modos de funcionamento dos grupos para agressores da população LGBTQIA+, o critério de exclusão foi aplicado em artigos sem resultados conclusivos ou análise do resultado dos grupos, as palavras chave para a busca foram grupos socioeducativos, grupos reflexivos, agressores e LGBTQIA+, usamos algumas variações da sigla para conseguir ampliar a busca, como LGBT e LGBT+, nenhum artigo foi encontrado, tendo como localização temporal o ano de 2023. Buscamos outras fontes para complementar o pensamento, artigos, livros e literatura foram acrescentados à discussão por tratarem sobre gênero, sexualidade, relações de poder, entre outros, para fundamentar e explicar melhor o assunto.

1 A sigla possui variações, a utilizada no artigo corresponde a utilizada na Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e Mais) do Governo Brasileiro. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt>.

2 Termo referente a expressão de gênero atribuído a mulheres, cis ou trans, que não performam a feminilidade esperada.

Construção da identidade hegemônica em detrimento da opressão de outras identidades

Quando se pensa em uma nação onde as pessoas têm acesso à saúde, possuem uma boa condição de vida, as cidades são limpas e organizadas, dificilmente a imagem que aparece é de uma cidade no Egito ou na Bolívia. Geralmente, as referências ocidentais são de cidades e de países europeus. Conforme Chimamanda (2009) *O perigo de uma história única* suprime vivências e experiências de diversas identidades em detrimento de um pensamento hegemônico sobre um discurso construído pela e na colonização. No entanto, o paradigma da história única começado há centenas de anos reverbera até os dias atuais no imaginário popular, no livro a referência usada é a população negra do continente africano. Entretanto, no presente texto ousa-se complementar esse pensamento afirmando a extensão desse conceito à população LGBTQIA+. As identidades dissidentes no Brasil foram suprimidas de forma semelhante.

A contra colonialidade dentro dos espaços acadêmicos possibilita revisitar materiais escritos, intelectuais das mais variadas partes do país, questionar as nomenclaturas e os juízos dos mais diversos sobre diferentes conceitos e produções construídas durante a colonização e que reverberam a colonialidade sobre uma nova perspectiva, como o próprio nome do Brasil, antes da colonização chamado de Pindorama (Núñez *et al.*, 2021). Mesmo a subdivisão em raças, como indígenas, negros, amarelos entre outros, tão comum nos discursos e processos de interação social, não são colocadas por esses povos/grupos. Fazem na verdade parte do processo de desumanização da própria identidade e singularidade de cada povo. Pode-se dizer o mesmo sobre a própria ideia de homossexualidade e heterossexualidade. Afinal, quando um povo é destituído da sua linguagem, significantes e significados, um discurso de inferiorização do seu modo de vida se forma e, em contrapartida, um discurso salvador de superioridade se forma pelo referencial ocidental eurocêntrico (Quijano, 2005).

Falar da população LGBTQIA+ sem pensar na identidade de gênero hegemônica constituída e formada no período colonial, é um caminho inviável para entender as violências que oprimem esta população hoje. No livro *A prateleira do amor*, Zanello (2022) faz diversos questionamentos sobre como nos tornamos quem somos para e nessa sociedade. A autora aponta o contato com o outro como fundamental para nos tornarmos humanos e nos inserirmos na cultura. Estamos intrinsecamente ligados uns aos outros para aprender e desenvolver papéis sociais, sendo esses papéis fundamentados, principalmente, na ideia de gênero. Mesmo que não trate das identidades dissidentes de gênero e sexualidade de forma aprofundada, o livro apresenta uma série de elementos apontados e circunscritos aos ideais de expressão de gênero na sociedade.

Na obra de Zanello (2022), observa-se a demonstração da construção de um ideal hegemônico do que é ser homem e ser mulher na sociedade ocidental. Quando se trata da construção de masculinidade hegemônica, o dispositivo da eficácia aponta para a formação de uma misoginia e homofobia em função da afirmação da masculinidade. As qualidades que são lidas enquanto femininas devem ser negadas do seu íntimo masculino e esta negação deve ser demonstrada socialmente para que um homem seja aprovado por outros homens. A autora ainda aponta exemplos de frases que homens costumam escutar durante o seu desenvolvimento, a exemplo de “ não seja um viado ou uma mulherzinha” (Zanello, 2022, p. 89-90), quando demonstram algum comportamento de fraqueza ou submissão.

Embora tais discursos e performance de negação das qualidades femininas sejam banalizados, esse perfil de masculinidade e dispositivo da eficácia também não são algo que “nasce” com os homens naturalmente ou na sociedade pós-moderna. Eles foram desenvolvidos em um longo processo histórico de discursos produtores de significados sociais e por práticas pedagógicas de afirmação. Afinal, se fossem tão naturais, para que precisam de tanta reafirmação? (Louro, 2000).

Em *a História da sexualidade I*, Foucault (1988), analisa o dispositivo da sexualidade, faz considerações pertinentes sobre o discurso do sexo na idade média e moderna. Conta o autor que no século XVII, a construção de um discurso burguês religioso se consolidava sobre a necessidade de confessar todos os pensamentos e sentimentos em relação ao sexo. Organizar o discurso em

torno do sexo³ servia para correlacionar o corpo como parte de um pecado original pois assim seria possível “torná-lo útil e moralmente aceito” (Foucault, 1988, p. 23) na sociedade. Já no século XVIII, esse discurso passa por uma justificativa científica para além da condenação moral e nesse momento o discurso sobre o sexo passa a ser “de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um ótimo padrão” (Foucault, 1988, p. 27).

O século XVIII é marcado por mudanças profundas na noção de trabalho e mobilidade social. Se antes nascer com determinado nome e em determinada família decretava seu destino, após a revolução industrial, com a consolidação do capitalismo, isso já não acontecia com tanta rigidez. O espaço público e o privado passaram a ser bem demarcados por classificações de gênero, sexualidade e raça. Em consequência disso, o discurso sobre a natureza da mulher ser para o cuidado e procriação passou a ser reforçado, além de corroborar com as colocações de o quanto as mulheres são mais sentimentais e irracionais, enquanto, os homens são a referência mais racional (produzir, administrar, etc). O discurso racional científico associou o homem e suas ocupações ao espaço público e o justificou como preponderante para o funcionamento da produtividade no trabalho visto, então, como mais equilibrado do que a mulher⁴ (Zanello, 2022).

A prática de separar homens e mulheres na sociedade possui um aspecto binário de completude. Afirma-se que de um lado a mulher é emocional e de outro o homem é racional. A mulher tem uma vulva e o pênis do homem a complementa. Ou ainda que onde existe uma mulher é necessário um homem. São sempre reafirmações de espaços e construções heterocisnormativas, de preferência branca, e quem “fugir” desse padrão é tido enquanto doente, criminoso ou desajustado. Foucault (1988) afirma:

Pois essa colocação do sexo em discurso não estaria ordenada no sentido de afastar da realidade as formas de sexualidade insubmissas à economia estrita da reprodução (dizer não às atividades infecundas, banir os prazeres paralelos, reduzir ou excluir as práticas que não têm como finalidade a geração)? Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias (p. 37).

Outro ponto pertinente sobre a problematização do gênero é como as discussões começaram a ganhar força e questionar os moldes modernos desses papéis. Zanello (2022) defende que os movimentos feministas foram fundamentais para esses rompimentos, dando destaque aqui à terceira onda, na qual a própria construção do conceito biológico de genital, macho e fêmea, é questionada. O movimento feminista apontou que a perspectiva do sexo biológico é produzida, pois a perspectiva e o sentido dos órgãos genitais são pensados de diferentes formas em diferentes sociedades em momentos distintos no decorrer da história. Ou seja, não existe um conceito na natureza que seja inteiramente natural sobre genitália, mas sim uma constante construção de significados a partir da linguagem e reafirmação desses conceitos entre pares de uma comunidade.

Entretanto, as discussões e formas de resistência que questionavam a imposição dos papéis de gênero também já eram feitas pela população LGBTQIA+. Historicamente isso aconteceu no século XIX, no continente Europeu, mais especificamente em Berlim, com o primeiro grupo LGBTQIA+ de que se tem registro. Em 1897 foi fundado o Comitê Científico Humanitário⁵ em defesa dos direitos homossexuais e transexuais.

Para além do referencial Europeu de lutas e discussão dos direitos LGBTQIA+, no Brasil, o primeiro registro de transfobia/homofobia é do assassinato de uma indígena Tíbirá no Maranhão.

3 O termo usado por Foucault não se limita a falar do ato sexual, sexualidade ou gênero, mas engloba a prática como um todo constituinte da identidade mergulhada nos discursos do dispositivo da sexualidade.

4 Importante salientar que o trabalho doméstico das mulheres não era lido enquanto trabalho, mas como uma vocação natural ao cuidado, como se o cuidado com a casa e família fossem a maior realização para uma mulher.

5 <https://www.routeyou.com/es-de/location/view/48143071/comite-cientifico-humanitario>

Em 1614 foi acusada de “sodomia” e sofreu uma execução brutal, feita em praça pública e com um tiro de canhão (Olaia *et al.*, 2022). Importante pontuar e registrar que outras identidades que não condizem e não são conduzidas por esse binarismo de gênero e sexualidade já existiam e resistiam em meio a colonização. E, para além dela, eram identidades associadas a localidades e ancestralidade.

O discurso do cristianismo na colonização projetou um padrão de humanidade possível, que se refletia, principalmente, na imagem do homem heterocisnormativo cristão branco. Ele justificava qualquer genocídio, catequizações forçadas, estupro, para imposição da monogamia. Todas estas e outras violências serviam para “domesticar” um povo justificando a servidão para aqueles que de fato seguiam ao “deus verdadeiro” (Núñez *et al.*, 2022). No artigo *Monogamia e a (anti) colonialidade: uma artesanaria narrativa indígena*, Núñez (2022) retrata a monogamia como uma tecnologia fruto da instituição igreja que produz e reproduz a misoginia e LGBTfobia, bem como, esse modelo de padrão de humanidade que existe até hoje:

A monogamia faz parte da conjuntura da família a ser defendida pelo Estado, caracterizada também pela heterocisnorma que orienta a misoginia e lgbtobia. O Brasil, país onde cerca de 90% da população se afirmar cristã, é um dos líderes mundiais nos índices de assassinatos contra mulheres cis e pessoas trans (p. 5).

Entretanto, a LGBTfobia e outras opressões não são algo estático ao grupo de homens que pertencem à masculinidade hegemônica. Como aponta Lorde (1984), essas reproduções também podem acontecer em espaços de luta, através do silenciamento e discriminação, como no movimento feminista. Esquecer de pautas de raça, de sexualidade, de idade, de capacitismo e de classe em detrimento de pautas e categorizações gerais é contemplar apenas uma pequena parcela da luta das mulheres. Implica discriminar outras mulheres e negar que são produto e reafirmação de lugares de privilégios.

Além disso, a autora pontua que os lugares de privilégio devem ser questionados. Especialmente para entender o ciclo de grupos oprimidos sempre estarem no lugar de educadores sobre suas opressões. Exemplo disso são: mulheres ensinarem sobre o machismo para homens; LGBTQIA+ ensinando para pessoas heterossexuais e cisgênero; pessoas com deficiência ensinando sobre capacitismo. Isso não significa que as implicações e construções dessas pessoas sejam irrelevantes ou dispensáveis, mas elas não podem ocupar sozinhas o lugar de luta contra a opressão e a constante formação dos que dizem não saber (Lorde, 1984).

Portanto, é evidente a existência de um discurso permeado no tecido sociocultural construído durante séculos para reafirmar papéis de gênero. A pedagogia de gênero constantemente se atualiza em tecnologias de poder de acordo com as discussões e necessidades era após era. E atravessando o corpo social, se reinventam e são reafirmadas, interseccionando um emaranhado de identidades nomeadas e categorizadas de acordo com um ideal de funcionamento no capitalismo. Este discurso é construído na afirmação de um padrão de humanidade justificando genocídio, silenciamento e apagamento dos registros históricos. Este é o perigo da história única, contra a qual este artigo se coloca.

O Segundo Silenciamento

Produzir gênero e sexualidade dentro de uma lógica binária e universalizante dissemina violências, silenciamentos e invisibilidades. Além disso, produz enquadramentos onde a referência se torna a cisheteronormatividade. Esta é vista como norma e os que se aproximam da categoria ideal são vistos como “normais” e as vivências que se distanciam são vistas como “aberração”. Assim, o apagamento e o silenciamento das subjetividades torna-se uma estratégia de ação política direcionada a grupos específicos, corpos e corpas que se distanciam do ideal esperado. Esta é uma estratégia que atua garantindo que as identidades tidas como hegemônicas estejam protegidas dos invasores e das pretensas ameaças (Jaeger *et al.*, 2019). Esse processo de homogeneização

de corpos dissidentes finda por produzir lutas identitárias como forma de “resistência” (Foucault, 1988). Uma vez que o silenciamento é simbólico, epistêmico e físico cria condições para que determinadas vidas lutem com a finalidade de que sejam tidas como legítimas, dignas de cuidado, amparo, afeto, direitos, cidadania e existência.

As vivências LGBTQIA+ que fogem do enquadramento heterocisnormativo existem e resistem às violências e às exigências do alinhamento entre sexo, gênero e a binarização dos afetos que são frutos de uma colonização. Destarte, as resistências vão muito além do binarismo, tendo em vista que há um apagamento de sexualidades que não estão dentro de uma perspectiva mono normativa e por vezes são enquadradas em um monossexismo. Compreende-se assim que “a lógica binária e colonial produz um engessamento das experiências e um afinilamento do campo de afetações, trocas e partilhas horizontais” (Jaeger *et al.*, 2019, p.13).

Em contrapartida, Paul Preciado reflete que os corpos tidos como “anormais” podem ser compreendidos como potências políticas. Afinal, é possível construir outra realidade, tendo em vista que se pode “desconstruir suas subjetividades e buscar novas formas de se compreender e se relacionar com os outros” (Preciado, 2011, *apud* Aleikseivz, 2021, p. 63). Nessa perspectiva, ao mergulhar nas vivências LGBTQIA+, faz-se necessário compreender os atravessamentos que cada indivíduo tem, sejam eles de raça, classe, idade, gênero, território e deficiência. E, com esse processo de desconstrução, reconhecer e construir vivências em diversos contextos.

Sendo assim, é possível perceber um movimento que vem de encontro aos resquícios da colonização e da cisheteronormatividade dentro e fora da academia. Intelectuais em diversas instituições revisitam conteúdos, nomenclaturas, juízos dos mais diversos sobre diferentes produções, percepções e construtos sociais. Contudo, vivências dissidentes por vezes recebem punições e devem esconder quem são. Escapar do padrão da cisheteronormatividade, muitas vezes implica forçosamente seguir, ou pelo menos adotar certas “máscaras”, para atingir o padrão de humanidade imposto socialmente com a finalidade de terem o mínimo de dignidade. Ou seja, intelectualmente há o reconhecimento das violências que esses corpos e corpos passam na sociedade. Há também o reconhecimento e equiparação da LGBTfobia com a violência do racismo e políticas públicas isoladas. Entretanto, muitas lacunas são evidentes e pouco abordadas para atender a diversidade e completude de cada violência sofrida.

O *Dossiê sobre o lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017* (Peres *et al.*, 2018) constroi diversas tipificações de violências para essa discussão e traz algumas discussões conceituais. A primeira pauta levantada é o uso do termo lesbocídio para tipificar o assassinato de mulheres lésbicas, pois a violência nesses casos possui diversos pontos particulares que atentam contra a dignidade relacionadas à identidade sexual. Além disso, o descaso aparece dentro das instituições de segurança também, na forma como lidam com os casos e mesmo na forma como a imagem dessas mulheres são retratadas depois da morte. É preciso, portanto, reconhecer as diferenças entre feminicídio e lesbocídio.

O lesbocídio não costuma acontecer entre familiares, é endereçado e determinado pela repulsa e ódio sobre a existência de mulheres lésbicas. Portanto, mesmo que feminicídio e lesbocídio sejam produto da misoginia, o ódio endereçado às lésbicas é constitutivo do patriarcado como uma forma de tentar excluir esse grupo que afeta a heterocisnorma. Em geral, a vida de mulheres lésbicas possibilita pensar e experimentar modos de satisfação sexual e afetiva sem a presença de um homem (Peres *et al.*, 2018).

O Dossiê (Peres *et al.* 2018) em questão nos aponta que o lesbocídio também é praticado por outras mulheres. Independente da sexualidade, o crime acontece, principalmente, pelas desavenças conjugais, mas são desavenças e violências negligenciadas, por lésbicas terem sua condição de dignidade e humanidade negada. No entanto, casos como esse não costumam repercutir ou ter grandes consequências.

Ademais, no Dossiê considera-se a falta de dados sobre a morte de muitas pessoas que fazem parte das minorias. Para além das mulheres lésbicas, fala das mulheres indígenas e direciona o debate para a importância de entender que uma mesma pessoa pode sofrer ao mesmo tempo diferentes violências, visto que estão relacionadas à marcadores de identidade. Sobre a vivência lésbica, o dossiê sinaliza:

A condição lésbica é bastante complexa e trata-se de uma condição sociocultural, política e econômica que perpassa todos os indivíduos, pois vincula-se a manutenção de uma sociedade pautada por um modelo hegemônico heterossexual (Peres *et al.* 2018, pg. 30).

Outro Dossiê com debate importante é o desenvolvido pelo Observatório de Mortes e Violências contra a população LGBTI+ (2021). Composta por diferentes frentes militantes brasileiras, tais como Arte e Política LGBTI+ e o Grupo Gay da Bahia, o trabalho consiste na coleta de casos de violências e mortes de pessoas LGBTQIA+ divulgados em redes sociais, associações de direitos humanos, ligadas ou não ao governo. Em 2021, no segmento de mortes relacionadas à orientação sexual, das 316 mortes catalogadas, 153 não constavam a orientação sexual das pessoas. Como consequência, dois pontos de discussão são levantados: um diz respeito à possibilidade da falta de letramento de quem constrói e divulga esses casos; o segundo tem relação com o preconceito de pessoas próximas à vítima que acabam por não falar sua orientação sexual. Com pessoas transexuais e travestis acontece algo parecido, visto que o discurso imperativo em torno das mortes é o da violência de gênero e dificilmente a sexualidade é relatada.

Não se pode imaginar que a violência contra corpos trans recaia apenas na sua identidade de gênero. No entanto, dentro da própria comunidade LGBTQIA+ essas identidades sexuais são renegadas e questionadas, ou seja, uma pessoa transexual e travesti pode sofrer tanto violência sobre a identidade de gênero como a sexual, e até sobre outros marcadores de identidade.

Ademais, tanto no Dossiê feito em 2021 quanto no de 2022, feitas pelo mesmo Observatório, as dificuldades encontradas para a produção de dados são semelhantes. Não existem dados oficiais coletados pelo governo, como poderia ser feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e os casos de violência e assassinato ainda são subnotificados e mal categorizados.

Portanto, ao refletir sobre as violências estruturais que moldam como se vivenciará o gênero, a raça, sexualidade, entre outros, torna-se importante tensionar questionamentos acerca do que está posto. Assim como as autoras Froemming, Irineu, Navas (2010), dizem, “nessa hierarquia de arranjos sexuais considerados legítimos e ilegítimos, quais são os efeitos do não reconhecimento na vida cotidiana, dos que são considerados ilegítimos?” (p.168).

Ao analisar as diversas formas de violências e visualizar que os corpos são atravessados por diferentes intersecções que se sobrepõe, é possível dizer que essas intersecções são as estruturas de dominação que “[...] operam em conjunto produzindo opressões em grupos que concretamente não podem separar suas vidas em categorias circunstanciais” (Câmara, 2017, p.33). Ou seja, não se pode dissociar o ser mulher, do ser negra e de ser bissexual. No Norte do Brasil ou no resto do país, vivências, marcadores sociais e seus atravessamentos coexistem, é preciso observar os contextos em que aquele corpo ou corpa existem.

O que são grupos socioeducativos e porquê são importantes na construção de uma sociedade sem LGBTfobia

Esse tópico do artigo apresenta as perspectivas dos trabalhos já desenvolvidos em programas para agressores de mulheres. A proposta é entender como esses grupos funcionam e qual a importância da extensão desse trabalho para alcançarmos opressões de outras ordens. Como já foi pontuado até aqui, as violências contra a população LGBTQIA+ são coerentes com as produções de subjetividades suprimidas na colonialidade em detrimento da reprodução dos papéis de gênero hegemônicos. A partir do exposto é possível propor uma reflexão em paralelo ao que acontece no desenvolvimento e propostas de atendimento para esses homens agressores de mulheres.

Os modelos e métodos dos primeiros programas e grupos de intervenção com homens agressores aconteceram nos EUA, na década de 1970. No Brasil, o desenvolvimento dos grupos de mediação começa na década de 1990, cerca de 20 anos depois. Enquanto nos EUA, os trabalhos partem do reconhecimento da luta e reivindicações feministas, no Brasil a iniciativa começa sem diálogo com os grupos feministas. Os encaminhamentos dos homens para os programas de

agressores no Brasil aconteceram atravessados por certas polêmicas, visto que as práticas dos programas acabavam apaziguando a responsabilidade e culpabilidade dos homens. Nesses casos, muitas vezes resultava em revitimização das mulheres (Nothaft & Beiras, 2019).

A partir da revisão sistemática das autoras Nothaft e Beiras (2019), é possível compreender que os problemas desencadeados nos grupos são reflexo da falta de estrutura, financiamento e continuidade dos programas. Trocas de governos e a falta de consistência na continuidade das políticas de combate à violência contra a mulher desafiam a eficácia dos programas. Ademais, os profissionais atuantes nos em alguns grupos socioeducativos têm pouca ou nenhuma qualificação para aplicar diferentes metodologias de intervenção, existe a ausência de discussão acerca dos melhores modelos de aplicação para os casos de homens agressores e quando a presença nos grupos é optativa o número de desistências é alto e se são obrigatórios, existe uma forte resistência por parte dos homens.

Entretanto, os grupos possuem uma relevante proposta de responsabilização desses homens e de atendimento às vítimas, o que configura uma conquista para a luta das mulheres. Resultado direto da criação da Lei Maria da Penha, nº 11.340 de setembro de 2006, os grupos em questão são um reconhecimento da violência estrutural como causa e motivações bem delimitadas na reafirmação da masculinidade sobre as mulheres. Com eles, a violência doméstica passou a ser observada em seu contexto social e não apenas um crime passível de punição. A partir da estruturação e formulação dos programas, além da observação dos crimes e repetição dos casos, é necessário entender sobre a urgência da implementação de estratégias eficazes para educação dos homens em reinserção social (Marques *et al.*, 2018).

Os grupos socioeducativos atuantes contra a violência a mulher podem servir de inspiração para futuros grupos com foco em violência contra a população LGBTQIA+. Afinal, não é isso que esta população dissidente do paradigma da cisheteronormatividade está apontando? A criação de Dossiês, formulação de conceitos, percepção dessas repetições na sociedade, resgate de identidades, enfim, existem características muito semelhantes que apontam violências de mesma origem patriarcal, conservadora e machista.

Um aspecto importante de se pensar dentro das práticas de intervenção para os programas a autores de violência são os objetivos que permeiam os modelos de ação. Educação, reabilitação, recuperação e reeducação são termos distintos que produzem consequências também distintas. Logo, convida-se a pensar criticamente sobre os pressupostos que sustentam tais objetivos. De acordo com Nothaft e Beiras (2019) por trás do prefixo “re” de “reabilitação”, “reeducação” e “recuperação”, há a ideia de que existiu um momento de igualdade nas relações que após certo tempo entraram em conflito. Entretanto, considerando as estruturas sociais e como os processos de socialização se constroem dentro da perspectiva de gênero e sexualidade, a pessoa imersa nesse contexto enfrenta diversos desafios para romper com tais disparidades e desigualdades. Ela “precisa ser conhecida, desconstruída e passar por um processo de educação, e não por reabilitação e recuperação” (Andrade, 2014, p. 184).

Através dos grupos reflexivos, existe a possibilidade de criar novas formas de perceber/desconstruir violências, preconceitos e agressividades. Existe a oportunidade de pensar e implementar os processos de mediação e de resolução de conflitos, uma vez que podem ser espaços de interlocução e ampliação de significados e sentidos. Contudo, “são os participantes que produzem novos sentidos para suas próprias vivências e relações, não podendo-se esperar que eles meramente adiram às posturas éticas apresentadas pelos profissionais que facilitam os grupos” (Nothaft ; Beiras, 2019, p. 9).

Nesse íterim, é importante a implicação e responsabilização dos autores de violência no processo, além da capacitação dos profissionais para lidar com as situações que emergirem. É preciso parar de minimizar ou reforçar e retroalimentar as estruturas de violências.

Considerações finais

Pensar práticas geradoras de transformações e desconstruções nos padrões naturalizados é um tanto desafiador. Ao passo que é “nadar contra uma corrente” opressora e violenta com diversas

existências LGBTQIA+. Assim, propor tensionamentos de uma estrutura heterocisnormativa e binária é romper com as marcas da colonização que ainda perpassam nossas construções de identidade, nossas relações e processos de ser e estar no mundo. A criminalização da lgbtfobia, portanto, é de suma importância para pensar uma sociedade que conviva com o dissidente, o cumprimento da lei não pode ser visto como o fim, mas também parte do processo, percebendo a complexidade social das violências em diversos contextos.

Faz-se observar quem conduz e pensa nas práticas de cumprimento da lei em relação a pessoas classificadas como criminosas perante a lei contra a LGBTQfobia. Do mesmo modo, deve-se observar como é feito o acolhimento da população LGBTQIA+ após sofrer a violência. O discurso e reconhecimento do crime acontecem sem o reconhecimento da necessidade de se falar e de desconstruir o preconceito que vitimiza a população LGBTQIA+, ou seja, entender o contexto social e desconstruir. Logo, pensar em programas que possibilitem esses espaços de reflexão para agressores tende a ser uma prática para o combate à LGBTQfobia.

Nossa proposta foi de promover uma reflexão sobre o tema e a necessidade do reconhecimento de um problema social. Agressões à população LGBTQIA+ precisam ser superadas. A sociedade acompanhada de diversos profissionais capacitados deve fazer um esforço efusivo de reconhecimento sobre o tema, para que assim, possam se desenvolver iniciativas e propostas de intervenção condizentes com a realidade de quem sofre. Decerto, a violência contra as minorias em direitos só é possível ser freada com uma mudança de paradigmas social e cultural.

Referências

ANDRADE, Leandro Feitosa. Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **Feminismos e masculinidades**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 173-210.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO – DADOS E FONTES. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 (Acontece / ANTRA / ABGLT)**. São Paulo: Patrícia Galvão. 2022. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/mortes-e-violencias-contralgbti-no-brasil-dossie-2021-acontece-antra-abgl-2022/> Acesso em: 15 set. 2023.

ALEIKSEIVZ, Renato Alves. Michel Foucault e Paul B. Preciado: notas sobre a produção e a desconstrução de subjetividades. Curitiba. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v.15, n.43, 2021. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12033> Acesso em: 15 set. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag. 2023. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei 11.340, 22 de setembro de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília: Presidência Da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: O lugar da psicologia, os territórios de resistência**. Profa. Dra. Maria Lúcia Chaves Lima 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://ppgp.proresp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202015/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Flavia%20C%C3%A2mara%202017.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

ADICHIE, Chumananda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019. Disponível em https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf Acesso em: 15 set. 2023.

FROEMMING, Cecília Nunes, IRINEU, Bruna Andrade, NAVAS, Kleber. Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. **Revista De Políticas Públicas**, 14, 2012, p. 153–164. Disponível em <http://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/397> Acesso em: 15 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Graal, 1988.

JAEGER, Melissa Bittencourt et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Periódicus**, Vol. 2, nº 11, 2019, p. 01-16.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: Ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

MARQUES, Verônica Teixeira; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de; NOGUEIRA, Gabriel Ribeiro Nogueira. Políticas públicas e violência doméstica: reflexões sobre programas para agressores - O ciclo da violência em questão. **Faculdade de Direito**, nº 72, 2018, p. 599-627.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. **Estudos Feministas**, v. 27, nº 3, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/NhwdZmdztnb8WYrFsWXFr8S/> Acesso em: 15 set. 2023.

NÚÑEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e a (anti) colonialidade: uma artesanaria narrativa indígena. **Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFJF**, v. 16, n 3. 2021. Disponível em <https://periodicos.uff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439/24552>. Acesso em: 15 set. 2023.

OLAIA, Pedro; SENA, José; FRADE, Marília; CÉZAR JR., Paulo; MARÇALL, Xan; FERREIRA, Mariah; MARCELO, Sanderson. Corpo Caboketyka. **Humanidades e Inovação**, v.8, n. 59, 2021. Disponível em https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5560?fbclid=IwAR2F9DiDjphXSi_2MLBSsQoeHYFCUa_Ogc-COGVCLoW2iYc3-OPaetLcUg. Acesso em: 15 set. 2023.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre o lesbofóbia no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

PRECIADO, Paul Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. **Estudos Feministas**. 19(1): 312, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf> Acesso em: 06 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latino Americano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 15 set. 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Editorial: Revisão sistemática X narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt> Acesso em: 15 set. 2023.

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**. Curitiba: Appris, 2022.